

A Assessoria
F.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ADMITIDO, NUMERE-SE E

PUBLIQUE-SE

Base da Comissão: *CAPAT*

Para parecer até, *9, 8, 05*

26, 7, 05

O Presidente,

F.

Exmo. Senhor,
Chefe de Gabinete de S.Exa. o Presidente
da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

Para efeitos do nº 2 do Artº 229º da Constituição da República Portuguesa e do artº 151º do Regimento da Assembleia da República, encarrega-me Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República de enviar cópia das seguintes iniciativas:

- Proposta de Lei nº 27/X-(GOV), que altera o decreto-lei nº 465/77, de 11 de Novembro;
- Projecto de Lei nº 133/X-(PS), que estabelece medidas de protecção da orla costeira;
- Projecto de Lei nº 134/X-(PS), que cria o sistema de vigilância e controlo do exercício da actividade de dragagens e extracção de inertes.

Com os melhores cumprimentos, *person*

O Chefe de Gabinete

Eduardo Ambar

(Eduardo Ambar)

NOTA: Este diploma, tem de ser visto com muita atenção pois pode invadir a esfera de competências da RAA.

26.7.05

F.

Palácio de S. Bento, 14 de Julho de 2005

547/GPAR/05

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada <i>2424</i>	Proc. Nº <i>02-08</i>
Data: <i>05, 07, 20</i>	Nº <i>25, VII</i>

Assembleia da República Gabinete do Presidente	
N.º de Entrada	117642
Classificação	05/01/02
Data	05/07/08



ADMITIDO. NUMERE-SE
E PUBLIQUE-SE.

Baixa à 7.ª Comissão

14/7/05
O PRESIDENTE,

[Handwritten signature]

À DAPLEN

05.07.11

[Handwritten signature]

PROJECTO DE LEI Nº134/X (PS)

Cria o sistema de vigilância e controlo do exercício da actividade de dragagens e extracção de inertes

Exposição de motivos

As mais variadas intervenções do homem nos nossos cursos de água, nomeadamente, no aproveitamento hidroeléctrico dos rios, tem provocado uma permanente instabilidade dos seus leitos. Esta instabilidade do leito dos rios deriva da diminuição das correntes médias e o aumento das correntes de ponta, da diminuição da produção de areias e inertes ao longo do curso dos rios, e tem, como consequência, o depósito dos mesmos em locais menos apropriados, provocando, assim, assoreamentos que urge corrigir.

Correcções, estas indispensáveis, para garantir a segurança nas vias fluviais navegáveis, bem como nas entradas dos portos comerciais.

Carecendo, contudo, as mesmas de ser judiciosamente localizadas, de forma a minimizar os efeitos negativos que, eventualmente, possam provocar, é ainda neste quadro que se têm licenciado dragagens em zonas assoreadas.

Embora nos últimos anos se tenha assistido a alguma disciplina, nas dragagens e na extracção de inertes, com sucesso, todos consideramos que é necessário um maior rigor nestas operações, nomeadamente na adopção de medidas mais adequadas e eficazes em matéria de vigilância, com especial enfoque no aumento do controlo do exercício da actividade de extracção de inertes, tendo em vista a preservação e conservação dos nossos recursos naturais.

A monitorização contínua, via satélite, das embarcações de dragagem e extracção de inertes, constitui um instrumento privilegiado no reforço da fiscalização e controlo do exercício da actividade de extracção de inertes, permitindo aumentar a vigilância das áreas onde a mesma é exercida, à semelhança do que acontece na actividade piscatória.

[Handwritten notes and signatures]
Dr. Carlos de Jesus Silva
05.07.11
Presidente
[Signature]
M

Assim, impõe-se que, na actividade de dragagens e de extracção de inertes, seja instituído um sistema de monitorização das embarcações, via satélite, com o objectivo de garantir que a mesma só será exercida em zonas autorizadas.

Esta é uma obrigatoriedade que deve ser entendida na perspectiva de que a actividade de dragagens e extracção de inertes deverá ser, cada vez mais limitada e condicionada, pelos impactos negativos que provoca nas áreas onde é exercida.

Pelo que nos termos Constitucionais e Regimentais aplicáveis, vêm os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentar o seguinte Projecto de Lei:

Artigo 1º **Objecto e Âmbito**

1 - O presente diploma institui o sistema de monitorização contínua, via satélite, de embarcações de dragagens e extracção de inertes, adiante designado MONICAD, tendo em vista, exclusivamente, a monitorização destas, para efeitos de vigilância e controlo do exercício da actividade de dragagens e extracção de inertes.

2 - O Sistema MONICAD é aplicado em todo o território nacional

Artigo 2º **Competências**

É a Inspeção Geral do Ambiente, adiante designada por IGA, a autoridade com competência de fiscalização do sistema MONICAD, em complementaridade com os actuais mecanismos de fiscalização, nomeadamente, nas áreas cuja jurisdição não pertençam ao Ministério do Ambiente.

Artigo 3º **Definições**

a) **MONICAD** – Sistema de monitorização contínua da actividade de dragagens e extracção de inertes, baseado em tecnologias de telecomunicações e em informação geográfica, que permite acompanhar a actividade das embarcações de dragagens e extracção de inertes, através de representação gráfica sobre carta digitalizada;

b) **EMC** – Equipamentos de monitorização contínua instalado nas embarcações de dragagem e extracção de inertes, também designados, no seu conjunto, por caixa azul.

c) **CCVD** – Centro de controlo e vigilância de dragagens e extracção de inertes, instalado nos serviços mais adequados do Ministério do Ambiente e destinado a garantir o controlo das embarcações de dragagem e extracção de inertes abrangidas pelo presente diploma, através da recepção e tratamento dos dados transmitidos pelo EMC.

d) **IGA** – Inspeção-geral do Ambiente,

Artigo 4º **Instalação do EMC**

1 - O sistema MONICAD é aplicável, obrigatoriamente, a todas as embarcações, licenciadas para operar na actividade de dragagem e extracção de inertes.

2 – As embarcações de dragagem e extracção de inertes, devem manter, a bordo, instalado e operacional o EMC.

Artigo 5º **Especificações, características técnicas e funcionalidade do EMC**

As especificações, características técnicas e funcionalidades do EMC, são fixados por portaria conjunta do membro do Governo com responsabilidades sobre o sector das comunicações e do membro do Governo que tiver a seu cargo o sector de fiscalização das dragagens e extracção de inertes.

Artigo 6º **Homologação do Sistema MONICAD e do EMC**

O sistema MONICAD e o modelo do EMC devem ser homologados pelo Instituto Português da Qualidade, de acordo com as especificações e características técnicas fixadas pela portaria referida no artigo anterior.

Artigo 7º **Certificação do EMC**

1 – A capacidade operacional do EMC, após a sua instalação, a bordo, é atestado pela IGA, mediante certificado emitido pelo fabricante, ou por empresas, por ele credenciadas, nos termos do modelo, a aprovar, pela portaria mencionada no Artigo 5º

2 – O licenciamento para o exercício da actividade de dragagens e extracção de inertes, depende da certificação da capacidade operacional do EMC, instalado, nas respectivas embarcações, para o efeito utilizadas no exercício daquela actividade.

Artigo 8º
Lista de embarcações

1 – A IGA deverá manter, actualizada, uma lista das embarcações que exerçam a actividade de dragagens e extracção de inertes em todo o território nacional.

2 – Da referida lista deverá constar a identificação da embarcação, o local da sua atracagem permanente, o local onde exerce a actividade de dragagem e extracção de inertes e, ainda, a identificação do seu proprietário.

3 – Qualquer alteração dos elementos referidos no numero anterior, deverá ser comunicada, pelo proprietário da embarcação à IGA, no prazo máximo de 15 dias.

Artigo 9º
Instalação do EMC e respectivas comunicações

1 – A instalação, manutenção e respectivo custo do EMC, a bordo das embarcações, que exerçam a actividade de dragagem e extracção de inertes, é assegurada pelo proprietário das embarcações, através de empresas para o efeito credenciadas pelo fabricante.

2 – O EMC considera-se instalado a partir da data da notificação, pela IGA, do proprietário da embarcação, ou do seu representante legal, na conclusão da instalação.

Artigo 10º
Proibição do exercício da actividade de dragagem e extracção de inertes

1 – É expressamente proibida a actividade de dragagem e extracção de inertes por embarcações que não disponham do EMC em condições de operacionalidade.

2 – Em caso de inoperacionalidade, por avaria ou outros motivos, do EMC, a IGA determina, de imediato, a interrupção da actividade de dragagem e extracção de inertes, até que a mesma seja reparada.

3 – Da interrupção referida no numero anterior, deverá a IGA notificar o proprietário da embarcação e do operador da actividade de dragagem e extracção de inertes.

4 – A IGA, de imediato, dará conhecimento da determinação da interrupção da actividade de dragagem e extracção de inertes, por inoperacionalidade de EMC, às entidades publicas que detenham jurisdição sobre as áreas onde a ocorrência se tenha verificado.

5 – A proibição referida no número anterior, obriga ao regresso, imediato, da embarcação a um cais de acostagem.

Artigo 11º

Centro de controlo e vigilância de dragagens e extracção de inertes (CCVD)

1 - Compete ao CCVD, garantir a monitorização das embarcações de dragagem e extracção de inertes, através da recepção e tratamento dos dados transmitidos pelo ECM.

2 - O CCVD funciona nos serviços mais adequados do Ministério do Ambiente, mas na dependência da IGA.

Artigo 12º

Dados a transmitir pelo EMC

O EMC, instalado a bordo de uma embarcação de dragagem e extracção de inertes, assegura a comunicação automática ao CCVD, de dados relevantes para o controlo da actividade de dragagem e extracção de inertes, nomeadamente:

- a) - Identificação da embarcação
- b) - Data e hora
- c) - A posição geográfica mais recente da embarcação
- d) - Data e hora de início da actividade de dragagem e extracção de inertes

Artigo 13º

Conservação e tratamento de dados

1 – Os dados provenientes das embarcações de dragagem e extracção de inertes abrangidos pelo sistema MONICAD, referidos no artigo anterior, são guardados em ficheiros informáticos pelo período de três anos.

2 – Só é permitida a comunicação de dados para efeitos de investigação criminal, instrução de processos judiciais, aplicação de contra-ordenações, ou investigação científica.

3 – A comunicação de dados, mencionado no numero anterior, deve obdecer às normas legais aplicáveis sobre confidencialidade de dados.

Artigo 14º
Custos das comunicações

Os custos das comunicações, para assegurar o funcionamento do sistema MONICAD, ficam a cargo dos proprietários das embarcações de dragagem e extracção de inertes.

Artigo 15º
Regulamentação

O Governo procederá à regulamentação da presente Lei, no prazo de seis meses a contar da data da sua entrada em vigor.

Palácio de S. Bento, 6 de Julho de 2005

Os Deputados

1 Renato Sampaio

2 António Gulbeira

Paula Beaunos¹⁴

~~3 [Signature]~~

4 Luís Varz

~~5 [Signature]~~

6 [Signature]

7 Celeste Correia

8 [Signature] ~~9 [Signature]~~

10 [Signature]

11 António Almeida Santos

12 [Signature]

13 [Signature]

14 [Signature]

15 [Signature]

16 [Signature]

17 [Signature]